

Quem precisa da Escola Pública?

Júlio Lopes

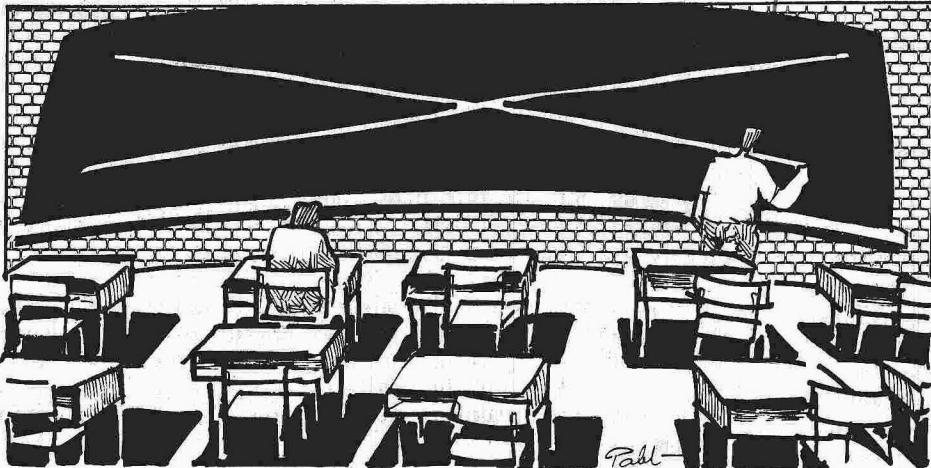
01 NOV 1991

Num país como o nosso, onde todos opinam e poucos atuam ou estudam com certa profundidade os problemas sociais, tornou-se lugar comum segerir a proliferação de escolas públicas, como forma de retirar das ruas os menores carentes, alimentá-los, educá-los e inseri-los na sociedade e no contexto produtivo. Tudo se passaria assim como num conto de fadas: pronta a escola, aparecem os professores, supervisores e coordenadores, os livros e cadernos, os equipamentos didáticos e finalmente os alunos. É mais ou menos como prescrever um remédio sem indicar a posologia e o modo de usar.

No caso da educação brasileira, o problema não é, como muita gente pensa, de escassez de recursos. E, mesmo que assim fosse, não se segue daí que a abundância fosse a solução. Na verdade, um sistema inundado de recursos, e que os consome de maneira desorganizada, geralmente é mais difícil de consertar que um sistema que funciona mal por escassez de recursos.

O problema básico de nossa escola pública não é propriamente a escassez de recursos, mas o seu mau uso. E o fato de que ela não tem sido suficientemente atraente para seu mercado potencial, sua sociedade de usuários e consumidores, que são os alunos e seus pais. Basta ver como a população de alunos da rede pública em 1991 é a mesma ou menor, em termos absolutos, do que a observada em 1970. E também como a evasão escolar vem se agudizando, a partir da sexta e sétima séries, chegando a uma população ínfima na oitava série, quando a maioria dos alunos já abandonou o processo educativo.

Ora, se a escola não tem sido suficientemente competente para atrair e manter aqueles que dela deveriam beneficiar-se, é porque não foi capaz de gerar um produto educacional efetivo, com qualidade suficiente. A análise dessa questão — de como a escola poderia agir para atrair os alunos — leva à reflexão que até agora não foi feita com a devida atenção: quem é o cliente da escola pública, qual a sua realidade, seus desejos e necessida-



des? De que instrumentos poderá servir-se para melhor usufruir da escola? Em suma: como fazer para que a escola pública seja encarada pelos seus agentes — professores e supervisores — pela óptica daquele que a contratará e dela se servirá?

A escola pública vem perdendo a cada ano a capacidade de agir como elemento de transformação social, porque seus agentes acreditam cada vez menos em sua própria capacidade de ordenar o processo, de fazer com que a escola possibilite a ascensão social dos seus usuários, em razão da capacidade de absorver a educação que ela fornece. E, aí, inicia-se o processo oposto: a sociedade passa a buscar suas possibilidades de ascensão social independentemente da escola, e até em atividades marginais, como o jogo de bicho, ou o tráfico de tóxicos. Se considerarmos que essa tendência é auto-estimulativa, veremos que o processo tende a adquirir velocidade e autonomia. É que o problema é mais grave e urgente do que se poderia supor.

Essas evidentes informações têm sua origem num dos vícios do poder público brasileiro, o paternalismo. Enquanto o Governo se colocar na posição de um senhor magnânimo, que dá a escola, como uma liberalidade, não haverá muito o que fazer. Mas, além disso, planeja-se a escola como um produto único, sem atentar para as diferenças, as peculiaridades locais, as necessidades e expectativas de cada comunidade. As escolas nun-

ca são construídas com base nesses dados, que deveriam determinar sua localização, tipo e tamanho, porque nunca se leva em conta o seu usuário. E quando se verifica que ela não cumpre o seu papel, porque, a evasão escolar é um indicador muito claro para ser negligenciado, desloca-se a discussão para outras áreas igualmente anôdinas e anacrônicas.

Assim é que, se a escola não consegue atrair nem manter seus alunos, decide-se que o problema é curricular. E busca-se mudar o currículo, acrescentar disciplinas mais "modernas", como Ecologia ou Cultura Popular. Ora, a escola, qualquer escola, é muito mais importante para o aluno como contexto vivencial que como currículo formal. A escola pública como vivência, como exercício de cidadania, como preparação para atuar na vida prática e na sociedade, eis o que se espera dela. E é isso que vem-se perdendo, pela preocupação exclusiva com os aspectos formais, que também são importantes, mas de nada servem isoladamente. Enfim, não é no currículo formal, nem na abundância de recursos, nem na proliferação de escolas, que residem as soluções. A revisão do processo educacional deve passar primeiro pela escuta dos seus usuários. Como aliás procederia qualquer empresa, antes de planejar os produtos ou serviços que pretende destinar ao seu mercado.

■ Júlio Lopes é professor e membro do Conselho Empresarial de Educação